



FERIDAS NARCÍSICAS DO CARIOCA E MODERNIDADE AI-5: O TURISMO E A CONSTITUIÇÃO DA BARRA DA TIJUCA¹

SANTOS JUNIOR, Washington Ramos dos²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo demonstrar que a constituição da Barra da Tijuca está diretamente associada às feridas narcísicas do carioca, consubstanciadas na transferência da capital para Brasília e na transformação da cidade em capital do Estado do Rio de Janeiro, interrompendo, assim, a imagem de singularidade do carioca, reconstruída durante o período de Carlos Lacerda como governador do Estado da Guanabara. Desse modo, a Barra da Tijuca surge alicerçada na mimese de Brasília e na criação de uma identidade modernizada para o carioca. Essa identidade representaria o início do processo de mortificação social da cidade, já que a perda de recursos causou a retórica da vocação natural da cidade para o turismo, a qual acentuou a clivagem social. Na tentativa de se manter como falo do Brasil, o carioca perdeu parte de sua riqueza cultural manifestada na experiência do espaço vivido, ao assimilar a modernidade fundamentada no consumo, a modernidade AI-5 comentada por Luciano Martins e por Jurandir Freire Costa.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Ferida narcísica; Turismo; Modernidade.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate that the constitution of Barra da Tijuca is directly associated to Cariocas' narcissist wound, consubstantiated by the transference of the capital to Brasilia and the transformation of the city into the capital of Rio de Janeiro State, interrupting up until the Cariocas' singularity self-image, which was rebuilt along Carlos Lacerda period as the governor of Guanabara State. Thus, Barra da Tijuca arose from the imitation of Brasilia and the creation of a modernized identity for the Cariocas. However, this identity represented the beginning of a social gangrene process inasmuch as the loss of resources caused the rhetorical speech of the natural vocation of the city to tourism, which has deepened social split. In order to maintain themselves as the Brazilian phallus, the Cariocas lost part of their cultural diversity revealed through the experience of living space by assimilating the modernity based upon consumerism, the AI-5 modernity commented by Luciano Martins and Jurandir Freire Costa.

Key-words: Rio de Janeiro; Narcissist wound; Tourism; Modernity.

¹ EIXO TEMÁTICO: Produção do espaço urbano.

² Doutorando, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (IP-USP), washingtonramos@usp.br. Mestre em Geografia Humana, FFLCH-USP.



1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, por meio de revisão bibliográfica e de fontes documentais, comentamos sobre o processo de modernização brasileiro e seu paralelo no Rio de Janeiro. Ícone maior dessa modernização, Brasília, logo depois de inaugurada, torna-se a capital de um regime militar opressivo, que toma o poder após a deterioração do equilíbrio político. Embora construída por um comunista e percebida como fenômeno progressista, a Nova capital correspondia aos anseios de setores conservadores da sociedade brasileira, e mesmo tendo sido construída como projeto de futuro, era, como a História mostrou, reminiscência de um passado. Passado este que questionava o papel do Rio de Janeiro ante o Brasil. Assim, entre as décadas de 1950 e 1970, houve profunda mudança na identidade do carioca, que vivenciou a ferida narcísica de não ser mais a capital brasileira. Nesse sentido, a Barra da Tijuca é construída para adequar essa nova personalidade do carioca, modernizada pela ditadura militar que consolidou a sociedade de consumo no Brasil. Firmava-se, pois, a vocação do turismo da cidade e a imagem de porta de entrada do Brasil (as Olimpíadas não são mera coincidência!), ao mesmo tempo que a clivagem social se acentuava e a identidade do carioca ficava ainda mais limitada à região turística da cidade.

2. DESENVOLVIMENTO

Os quatro anos que se seguiram à transferência da capital foram bastante tensos. Desde 1954, com o suicídio de Vargas; em 1955, com o golpe preventivo do General Lott; e, em 1961, com a Campanha da Legalidade pela posse de João Goulart na presidência da República, houve crises graves que, segundo Jorge Ferreira, trouxeram “*a possibilidade, real, de guerra civil no país*” (2003: 304). De acordo com o autor, havia mobilização política crescente, o que deslegitima a historiografia comprometida com o achincalhe a essa experiência democrática, sobretudo por intermédio do termo populismo. Segundo Ferreira (ibid.: 337-8),



[...] a história política do país é reduzida, dessa maneira, a uma dicotomia simplista: por um lado, um líder esperto, superconsciente, capaz de manipular e enganar; por outro, uma massa sem consciência de seus interesses, iludida por discursos fáceis e sem conteúdo. [...] Além disso, projetos políticos – acima das personalidades que os expressavam – existiam, e a população os reconhecia. De um lado do espectro político, o nacional-estatismo de trabalhistas e comunistas; de outro, o liberalismo conservador da UDN. [...] As crises republicanas, assim, foram momentos limites em que os grupos políticos conservadores mais radicalizados não se conformaram com os avanços, democraticamente conquistados, dos trabalhistas. [...] Grupos minoritários de oficiais militares aliados a lideranças civis de extrema-direita, desconhecendo as regras democráticas, atentaram contra a ordem legal. O resultado foi a reação da sociedade pela manutenção dos preceitos constitucionais [...]. Minoritários, os interessados no golpe não conseguiram mobilizar o conjunto da sociedade para romper com a ordem legal. Foram incapazes, sequer, de arremeter a oficialidade do Exército (ibid.: 338).

Sobre 1964, Ferreira lembra que, diferentemente das crises anteriores, foi a direita que defendeu, “*pelo menos em termos retóricos, a ordem democrática*” (2003: 339). Isso ocorreu porque,

[...] preocupadas em implementar as reformas a qualquer preço, na ‘lei ou na marra’, as esquerdas passaram a denunciar o regime democrático, sobretudo o conservadorismo do Congresso Nacional, como um empecilho para viabilizar o conjunto de mudanças que exigiam, sobretudo, a reforma agrária. Nesse sentido, a bandeira da legalidade mudou de mãos. Em defesa da Constituição, da ordem legal e da democracia, os conservadores e a extrema-direita conseguiram arremeter as tropas e mobilizar grandes contingentes sociais (FERREIRA, 2003: 338-9).

O que era para ser uma intervenção transitória, contudo, tornou-se poder permanente. Segundo Nilson Borges (2003: 27),

[...] ao regime fundado sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional se atribuiu uma vocação revolucionária destinada a mudar o status quo. A nova autoridade se considera autodotada, tendo em vista sua condição revolucionária, dona de um poder suficiente para eliminar os fatores adversos que perturbem a ordem, e para adotar medidas visando a assegurar e consolidar o movimento revolucionário e impor seus objetivos. A ditadura soberana se caracteriza não somente pela usurpação do poder (golpe militar), mas também pela concentração em suas mãos de todos os poderes e funções do Estado (a manutenção do regime).

Cria-se, outrossim, a figura do inimigo interno, já que esta Doutrina trabalha com fronteiras ideológicas, estabelecendo a alteridade não em um outro país, mas em um



concidadão. Assim, segundo Michael Reisman, o sistema social é convertido em sistema de guerra pela Doutrina, isto é,

[...] o sistema social [é] condicionado pelas perspectivas da violência, que contém diretamente ou indiretamente um grau real de repressão que serve de fundamento a estas perspectivas e que incorpora nos seus mitos e seu folclore uma cosmologia de guerra. [...] O mito da guerra e o inimigo interno permitem, portanto, ao Estado instaurar sua política repressiva, acionando os aparelhos de segurança e informação (repressivos) para exercerem seu papel ‘moralizador’, desmobilizando, com isso, a população (ibid.: 29).

O ápice do cumprimento da Doutrina de Segurança Nacional deu-se entre os anos de 1968 e 1979, período de vigência do Ato Institucional nº 5. Esse surge da recusa do Congresso em autorizar processo contra o deputado carioca Márcio Moreira Alves, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que havia pregado boicote popular ao desfile de Sete de Setembro. No dia seguinte à recusa do plenário, o governo fechou o Congresso. Assim, a simbologia da Praça dos Poderes perdeu, por conseguinte, o sentido.

Brasília, contudo, manteve, contraditoriamente, a imagem brasileira. Por um lado, a cidade representou a grande desigualdade existente no país, só que, conforme Hall (2005) lembrara, havia maior distância, inclusive física, entre ricos e pobres, entre os moradores do Plano-piloto e os das cidades satélites. Por outro, embora a sustentação do projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek fosse “*um pacto tácito entre os grandes interesses rurais e o capital industrial*” de qualquer nacionalidade, esse consenso se rompeu logo em seguida, não somente pelas consequências da implantação da capital, mas do crescente embate entre as proposições das esquerdas e das direitas.

É obrigatório, pois, inferir que, apesar do consenso sobre a construção da nova capital, entre diversos pólos opostos – oligarquia rural e industrialismo, esquerda e direita, com poucas defecções –, Brasília é um projeto conservador e, usualmente, de direita, seja no setor militar, seja entre os civis, como, por exemplo, os verde-amarelos. Além disso, é um projeto defasado que nasceu com sete décadas de atraso. A modernidade da capital serviu apenas para obscurecer o projeto político por detrás de sua forma. Brasília não era apenas o futuro utópico de uma sociedade que se construía; era reminiscência do passado.



Nenhum governo seria melhor para validar a capitalidade de Brasília que um militar, ou, de fato, a sucessão deles. Este projeto contrastou, certamente, com aquele conduzido por Carlos Lacerda na Guanabara. Segundo Motta (2001: 259),

[...] a manutenção da capitalidade da Guanabara foi [...] a base do projeto do governo de Carlos Lacerda para a construção da identidade do novo estado. No entanto, além do objetivo explícito de fazer do estado-capital a principal plataforma de sua candidatura à presidência da República, pode-se arrolar uma série de outros fatores que impediram o primeiro governador de estadualizar a Guanabara.

O primeiro fator, que explica a incapacidade de Lacerda eleger um sucessor, foi a personalização excessiva conduzida pelo governador, e que criou uma dicotomia entre lacerdistas e antilacerdistas, alijando, ainda, o próprio partido do Executivo estadual e, conseqüentemente, enfraquecendo o diálogo com a Assembléia Legislativa. O segundo fator foi o peso do governo federal na política carioca, especialmente após a tomada do poder pelos militares, que, já em 1965, decretaram o fim dos partidos políticos e implantação posterior do bipartidarismo e, em 1966, tornaram o voto para governador indireto, por meio das assembleias legislativas estaduais.

A ruptura com o adiamento da estadualização da Guanabara vem definitivamente com o fechamento do regime militar e com a eleição de Chagas Freitas. Ambos contribuíram para que a capitalidade da Guanabara fosse esvaziada em definitivo, e é justamente entre esses eventos que a retórica acerca da perda da capital, sobre o esvaziamento econômico e relativamente à fusão com o Estado do Rio de Janeiro surge com força. Além disso, é nesse período que o carioca sente mais profundamente a ferida narcísica aberta com a transferência da capital, concomitante à entrega, ao governador Negrão de Lima, do *Plano-piloto para a urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá*. Uma nova modernidade se afirmava no Rio de Janeiro e no Brasil.

Apesar da transferência formal, Brasília, quase uma abstração, esteve bastante esvaziada até o fechamento do regime militar, já que parte dos funcionários e dos órgãos decisórios ainda se encontrava no Rio de Janeiro, apesar da iminente mudança para o planalto. Assim,

[...] no período correspondente ao governo do general Médici (1969-1974), se realizou a transferência dos principais órgãos decisórios do estado para o



novo Distrito Federal. Foi também a partir desse momento que Brasília passou a exibir alguns marcos simbólicos representativos do poder central. O chamado 'Forte Apache', edifício que abriga o Quartel-General do Exército, e onde se costumava reunir o alto comando dessa força para decidir os rumos do país, talvez possa ser considerado um dos símbolos mais significativos da função de capital a partir de então atribuída à Brasília (MOTTA, 2001: 262).

Com o fim do governo de Lacerda, a singularidade da Guanabara foi cedendo lugar para a política local. Isso é demonstrado na eleição de Negrão de Lima, que, derrotando Flexa Ribeiro, derrotava também o projeto político de Carlos Lacerda, que previa a manutenção da *capitalidade* guanabarina. A política local ainda se enleava devido à nova realidade política, que mudou bastante em dez anos – capital da República, cidade-capital, capital de Estado. Essa rede estaria bem delineada quando foi eleito o governador Chagas Freitas, o qual

[...] tornou visível uma outra face da política carioca, aquela ligada à constituição de redes clientelísticas locais – pejorativamente conhecida como 'chaguismo' –, ao procurar fazer da Guanabara 'um estado como outro qualquer' (ibid.: 263).

Ao longo dos anos 1960 e na passagem para os anos 1970, surge a retórica sobre a perda da capital e a necessidade de reconstruir a cidade para competir com São Paulo e sobre o esvaziamento econômico. O Plano Doxiadis, de 1965, trazia em suas páginas a crença de que, dotando a cidade com a infra-estrutura necessária, seria possível recuperar a hegemonia perdida. No livro *Via expressa para a Cidade Universitária e Aeroporto Internacional*, publicado pelo DER da Guanabara, lê-se que

[...] muito se fala, nesta hora, do esvaziamento econômico do Estado da Guanabara. Entretanto, poucos se lembram de que, além da implantação de novas indústrias e da fixação das existentes, outros fatores poderão trazer o desenvolvimento a esta Cidade-Estado e mantê-la como maior centro político e financeiro do País. Eles darão à nossa Cidade o poder de decisão, já que ficarão aqui as matrizes das grandes empresas as quais, juntamente com os atrativos turísticos, farão o Rio de Janeiro se projetar no cenário mundial (ESTADO DA GUANABARA, 1970c: s. p.).

Em *Rio Ano 2000* (id., 1970b: 29; 46), por sua vez, lê-se:

[...] Caudatário do Governo Central que aqui ficou sediado por quase 200 anos, o Estado viu-se de repente às voltas com agudos problemas de sobrevivência, provenientes dos fatores físicos e econômicos, e antes mesmo de vencer a primeira década em sua condição de unidade federativa autônoma denotava uma paulatina perda de substância de sua estrutura econômica, que não chega propriamente a constituir um esvaziamento. [...] De súbito, Brasília deixara de ser uma abstração. Era uma realidade de cem



mil habitantes, pólo irradiar de uma civilização nova, sede efetiva do Governo da República. Passara a competir com o Rio, como fonte de notícias e centro político. Só então surgiu a tese do ‘esvaziamento econômico’ – símbolo de um temor latente afinal aflorado: o de esvaziamento político. Receio, aliás, injustificado, porque o Rio tem, historicamente, a vocação de universo brasileiro; é matriz de opinião pública. As decisões que daqui porventura não emanem encontrarão aqui a sua justa repercussão em termos nacionais.

Em *Geografia Ilustrada Brasil* (1971: 178), lê-se que

[...] para diversos economistas, as necessidades da Guanabara vão além da instalação de áreas fabris. [...] A Guanabara é um Estado de população preponderantemente consumidora, de economia baseada no comércio e na presença do governo; mesmo antes de Brasília, entre 1950 e 1960, seu produto interno bruto já aumentava de 4% ao ano, contra 5% para São Paulo. Depois de 1960, o esvaziamento econômico acentuou-se. Para esses economistas, coloca-se na ordem do dia a fusão ou a integração com o Estado do Rio de Janeiro.

Murillo Alves da Cunha (1975: 30-2; 38) desmistifica o esvaziamento, ao lembrar que

[...] desde o início da década de 60, a palavra mais usada para defini-la [a economia guanabarina] é ‘esvaziamento’. [Contudo], o café no Rio de Janeiro [...] entrou em decadência, ainda no século XIX, por não se adaptar às novas relações capitalistas que se criaram, recebendo o golpe decisivo com o fim da escravidão. *É precisamente neste instante que teriam de ser buscadas as causas iniciais do chamado ‘esvaziamento’.* [...] Em 1940, a produção industrial paulista era, em valor, mais do dobro da carioca! As diferenças de potencial industrial entre Rio e São Paulo acentuam-se no período 1955-1961, quando se registram os maciços investimentos externos. Dos totais de capital estrangeiro entrado no país neste espaço de tempo, 76,4% foram aplicados em São Paulo; 5,9%, no antigo Estado do Rio; 5,4%, na antiga Guanabara e 5,2%, em Minas Gerais. Foi justamente neste momento, em 1955, que a cidade de São Paulo ultrapassou a do Rio de Janeiro em população. [...] A perda da posição carioca ocorreu também, e de forma muito acentuada, no setor de serviços. [...] Em 1939, os serviços da área da Guanabara (então Distrito Federal) representavam 23,68% dos serviços do Brasil. Esta proporção baixou progressivamente para 22,56% em 1948; 21,41% em 1955; 19,25% em 1960; e 16,48% ao se iniciar a década de 1970.

Acerca da perda de capital, Mário da Veiga Cabral (1967: 89-90) diz que

[...] o Rio de Janeiro continua a desempenhar o importante papel de alma e cérebro do Brasil, como seu centro cultural, político, científico, artístico, literário, esportivo, teatral e musical; sede das grandes empresas [...]. O Rio não é a cidade somente dos cariocas, mas de todos os brasileiros [...]. O Rio de Janeiro é o ponto de convergência de todos os brasileiros que [...] perdem parte de suas características locais e sotaques, para falarem uma linguagem comum, mais branda e mais brasileira, ao invés de cearense, paulista, gaúcho



ou amapaense. As músicas e canções saem do Rio de Janeiro para o resto do país.

Motta (2001: 17; 88) observa que

[...] quatro décadas depois de ter deixado de ser a capital do país, a cidade do Rio de Janeiro funda sua identidade política sobre a tradição de ser 'a síntese da nação'. [...] A identificação do Rio de Janeiro como 'símbolo do Brasil' constituía não apenas um importante componente da identidade da cidade, mas também do país como um todo, estabelecendo-se o que se pode denominar de 'identidade simbólica do Brasil com a sua capital'.

Retornamos ao livro *Rio Ano 2000* (ESTADO DA GUANABARA, 1970b: 15-6), em que se lê:

[...] Durante quase dois séculos, a história do Rio se confundiu muitas vezes com a história do Brasil. A vivência dos problemas nacionais reduziu a pálidos reflexos os problemas locais. Depois da mudança da Capital para o Planalto, o povo carioca descobriu que só conhecia a si mesmo e de sua cidade a visão do turista apressado. Então, senhor do próprio destino, sentiu que esse conhecimento superficial não bastava e iniciou o esforço da descoberta de sua própria realidade cultural, sociológica e econômica. A Guanabara se socorre agora da Prospectiva para a visão do seu futuro.

Gilberto Gil escreve *Aquele abraço* em 1969, cuja letra diz: "*O Rio de Janeiro continua lindo/ O Rio de Janeiro continua sendo*". Outra menção, esta do período de mudança da capital, é a do deputado Munhoz da Rocha, que afirma

[...] a identificação do Rio com o Brasil penetrou tão profundamente o espírito de sua metrópole que as grandezas do Rio são as grandezas do Brasil; as fragilidades do Rio são as fragilidades do Brasil; o calor do Rio, o calor do Brasil; a paisagem do Rio, paisagem do Brasil (MOTTA, op. cit.: 88).

Deve-se salientar que esse discurso é presente até os dias de hoje, como pode ser encontrado em Veja, na edição comemorativa dos 50 anos de Brasília. O texto assinado por Sergio Rodrigues (2010) conta-nos que

[...] o escritor paraibano José Lins do Rego defendia a tese corriqueira de que o governo federal precisava se isolar dos "problemas locais" de uma grande cidade. Os antimudancistas também tinham colorações variadas. Enquanto o maranhense Josué Montello lamentava a partida das autoridades federais, "grandes figuras que se ajustavam à importância" do relevo carioca, Rubem Braga mal disfarçava o despeito ao prever que "pelo menos no caráter" faria bem ao Rio a migração da "fauna mais graúda dos animais de rapina" para o Planalto Central. O **ciúme** era tão disseminado que chegava a ser explícito no texto publicado por David Nasser na revista *O Cruzeiro* de 7



de maio de 1960: "Obrigado, Juscelino, por haveres trocado esta cidade por uma paixão recente. O Rio te agradece por Brasília, a noiva que preferiste a um velho amor". Tratava-se, porém, de um **ciúme temperado por autossuficiência** (grifos nossos).

Acerca da reação dos cariocas à transferência da capital, o autor lembra que

[...] ao mesmo tempo em que listava as mazelas urbanas que poderiam ter sido resolvidas pelos dutos de dinheiro canalizados para Brasília – falta de água crônica, enchentes, trânsito engarrafado, favelização –, a imprensa da cidade fazia variações sobre o tema "Encanto não se transfere", ilustrado por uma foto da Praia de Copacabana no *Jornal do Brasil* de 21 de abril de 1960. O "encanto" não englobava pouca coisa. O Rio acabava de adicionar mais um tijolinho ao **edifício de sua fama internacional** com o sucesso do filme *Orfeu Negro*, de Marcel Camus, Palma de Ouro em Cannes. Exportava para o resto do Brasil, via colunismo social e revistas de grande vendagem como *O Cruzeiro* e *Manchete*, um espetáculo de boa vida e elegância conhecido como café society e simbolizado pela sofisticação da boate Sacha's, frequentada até por JK. E embalava tudo isso na batida da bossa nova, produto de sua classe média praiana, que naquele ano de 1960 venderia nos Estados Unidos mais de 1 milhão de cópias de *Samba de Uma Nota Só* e *Desafinado*. Como poderia o *Peixe Vivo* competir com aquilo? "**Espírito e coração do Brasil**", pontificou o *Correio da Manhã* em editorial, "continuamos sendo nós." JK, político hábil, tratou de afagar esse orgulho na despedida. No programa de rádio *Voz do Brasil* de 19 de abril de 1960, mandou um recado à cidade, dizendo que seus "**centros de cultura prosseguirão jorrando a luz que dirige a marcha do Brasil para o seu grande destino**". No dia seguinte, ao descer a escadaria do Palácio do Catete pela última vez, derramou algumas lágrimas (RODRIGUES, 2010) (grifos nossos).

Por fim, Rodrigues estabelece um paralelo entre o 22 de abril de 1960 e o dia seguinte à confirmação de que a cidade iria sediar os Jogos Olímpicos de 2016:

E no fim tudo acabou em festa popular, com "centenas de milhares de pessoas" (a conta é do jornal *O Estado de S. Paulo*) tomando "a Avenida Rio Branco, Largo da Lapa e vias adjacentes". À meia-noite do dia 20, o samba deu lugar a um buzição e à marchinha *Cidade Maravilhosa*, recém-transformada em hino da Guanabara. Na guerra ruidosa entre mudancistas e antimudancistas, entre a ciúmeira e a euforia, não sobrara espaço para uma reforma institucional que equacionasse o futuro político e econômico de uma **cidade desabituada de ser província**. Quarenta anos depois, com amargura, o economista Carlos Lessa anotaria no livro *O Rio de Todos os Brasís*: "O Rio cedeu os direitos de primogenitura em troca de um prato de lentilhas". Deu-se parte da **recuperação da autoestima** carioca em 2 de outubro deste ano, quando a cidade foi anunciada como sede da Olimpíada de 2016. "O Rio é uma cidade que perdeu muitas coisas ao longo da história", disse o presidente Lula. "Foi capital, foi coroa portuguesa, e aparece nos jornais em notícias ruins. É hora de retribuição a um povo maravilhoso." (RODRIGUES, 2010) (grifos nossos).



A transferência da capital representou a primeira ferida narcísica do carioca. Freud (19?), em *Uma dificuldade no caminho da Psicanálise*, enumera três feridas narcísicas que mudaram o comportamento humano – o heliocentrismo, que desferiu o primeiro golpe, o cosmológico, contra o amor-próprio da humanidade; o evolucionismo, responsável pelo golpe biológico que eliminou a ascendência divina do homem e o seu laço de comunidade com o reino animal; o terceiro e último golpe, o psicológico, refere-se à afirmação de que ‘*o ego não é o senhor da sua própria casa*’ (ibid.), ou seja, à importância psíquica da sexualidade e à inconsciência da vida mental. Em *Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo*, diz que no ciúme normal

[...] é fácil perceber que essencialmente se compõe de pesar, do sofrimento causado pelo pensamento de perder o objeto amado, e da ferida narcísica, na medida em que esta é distinguível da outra ferida; ademais, também de sentimentos de inimizade contra o rival bem-sucedido, e de maior ou menor quantidade de autocrítica, que procura responsabilizar por sua perda o próprio ego do sujeito (loc. cit.).

A ferida narcísica também está relacionada à

[...] noção de ferida narcísica designa um marco melancólico primordial, fonte de sofrimento pela perda do objeto materno, perda esta que, fazendo uma analogia com a melancolia (cf. Freud, (1917 [1915])), corresponde a uma perda da integridade do eu (ARREGUY; GARCIA, 2002: 113).

Ao transpor os comentários de Freud (19?) e de Marília Arreguy & Claudia Garcia (2002) para a experiência vivida pelos cariocas, pode-se inferir que a perda da capital para Brasília originou a consciência de uma alteridade entre ser carioca e ser brasileiro, uma vez que, desde, pelo menos, à transmigração da Corte, havia simbiose entre as duas identidades, sem clara definição acerca dos limites entre cada uma. Isso acarretou uma responsabilização do ego coletivo carioca e, se Brasília ocupou o lugar objetual que pertencia ao Rio – a centralidade política do país –, talvez mimetizar a Novacap trouxesse, ilusoriamente, a sensação de equivalência entre as duas cidades. Desse modo, em 1969, o governo da Guanabara recebeu o Plano-piloto para a baixada de Jacarepaguá, com o objetivo de ocupar

[...] áreas ainda vacantes, com traçados urbanos mais evoluídos e identificados com os mais recentes avanços nos projetos viários, habitacionais e de zoneamento de distribuição de usos, incorporando as últimas contribuições tecnológicas para a solução dos problemas urbanos (ESTADO DA GUANABARA, 1970a: 74).

Outras duas hipóteses para o planejamento urbano consistiam na “*mudança de direção dos eixos de desenvolvimento urbano para o rumo Oeste, em vez de Norte*” (loc. cit.) e a



“reserva e destinação das áreas potencialmente passíveis de uso paisagístico, recreativo, turístico etc., a fim de permitir sua utilização por todos os habitantes do Estado” (loc. cit.). Assim, estabelecia-se *“diretriz segura para o desenvolvimento daquela Baixada. O resultado, já de todos conhecido, é um exemplo, talvez único em nosso país, de obra humana integrada à Natureza”* (ibid.: 71). Lembremos, outrossim, que o urbanista chamado a elaborar o Plano-piloto da baixada de Jacarepaguá é o mesmo que desenhou Brasília.

Mesmo tendo mimetizado Brasília, o Rio de Janeiro experimentaria a segunda ferida narcísica, anos após a implantação do Plano-piloto. Isso ocorreu no momento em que o Rio de Janeiro tornou-se capital do estado homônimo, depois que o regime militar decidiu pela fusão entre os então existentes estados do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói, e da Guanabara. Acabava, assim, qualquer resquício de singularidade para a cidade, e o ícone máximo dessa banalização era a Ponte Rio-Niterói, inaugurada pouco mais de um ano antes do nascimento do novo Estado.

Sob o título *A Ponte Rio-Niterói constitui um marco da fusão dos Estados do Rio e da Guanabara*, Manchete (1977: 132) conta que a ponte *“é considerada uma das mais importantes obras da engenharia mundial”*. Contudo, segundo Cunha (1975: 11),

[...] mesmo antes da formação do novo estado [da Guanabara], vozes se levantaram defendendo a ideia da reincorporação da cidade ao Estado do Rio de Janeiro. Um estudo encomendado pelo antigo Centro Industrial do Rio de Janeiro defendia a fusão, como uma fórmula de evitar um certo esvaziamento econômico da Cidade-Estado, tendo sido elaborado em 1959. Durante a crise político-administrativa que o Brasil atravessa em 1963, uma das questões levantadas foi em torno da controvérsia de opiniões sobre a fusão. O Governo Federal consulta a opinião pública da antiga capital através de um plebiscito, onde aquela ideia foi majoritariamente rejeitada.

Com a criação da Guanabara, essa idéia é retomada, já que

[...] a pequena área da nova unidade federada, que dificultava a expansão industrial, era um dos fatores negativos apontados em novos estudos patrocinados em 1969/70 pela FIEGA (Federação das Indústrias do Estado da Guanabara). Um documento defendendo a união dos dois estados foi encaminhado por este órgão ao Governo Federal. Os termos ‘fusão’ e ‘esvaziamento’ passaram a ser de uso corrente nos noticiários. A ideia ganha corpo e, em abril de 1974, o Ministério da Justiça anuncia, oficialmente, que o assunto estava sendo estudado pelo Governo Federal. Na realidade, a fusão tornava-se irreversível... (CUNHA: 1975: 12)



A fusão acarretou perda de receita para a cidade, e mesmo antes dela ocorrer, havia questões de como manter a cidade economicamente ativa, ademais de exercer alguma centralidade ou relevância nacional. Como a música de Gil diz, o Rio de Janeiro continuava lindo, e o turismo, bem como a cultura, tornaram-se, então, o foco de ações públicas destinadas ao crescimento econômico. Ser carioca tornar-se-ia, em definitivo, algo a ser comercializado.

Geografia Ilustrada Brasil (1971: 178) observa que, além da fusão, que assumiu, portanto, legitimidade no discurso de crescimento econômico, existiam

[...] outras perspectivas para a Guanabara: uma delas é a de tornar-se o grande centro brasileiro de prestação de serviços, a partir de sua hegemonia cultural e artística. [...] As atividades culturais, o carnaval, o futebol, as belezas naturais da Guanabara, o famoso ‘espírito carioca’ constituem fontes ainda pouco aproveitadas de divisas.

Escrevia o governo da Guanabara (ESTADO DA GUANABARA, 1970a: 109-10) que

[...] a indústria do turismo não é de fácil implantação. Envolve uma parte subjetiva que é a criação da ‘mentalidade turística’ e depende, também, como todas as demais indústrias de uma infra-estrutura de serviços básicos. [...] Na baixada de Jacarepaguá, o ‘Plano Lúcio Costa’ representa uma diretriz urbanística para a orientação governamental, que motivará a iniciativa privada no sentido de dar ao local uma paisagem urbanística racional e coerente.

Rio Ano 2000 (id., 1970b: 213) assevera que

[...] o Rio deve ser considerado a Capital do Turismo no Brasil, por sua paisagem de cartão-postal, internacional e nacionalmente conhecida, alto nível de progresso, população que representa a mescla do nosso povo, grandes estabelecimentos bancários, alto comércio e, sobretudo, por ser a porta de entrada natural do país e o seu mais prestigioso centro cultural. [...] É necessário que esta primazia seja mantida com uma programação racional que leve em conta [...] que turismo é circuito. [...] Dentro desse / espírito, não se pode conceber o desenvolvimento do turismo carioca, em termos de indústria, sem uma interligação com o Estado do Rio. A ponte Rio-Niterói (em construção), o projeto do Aeroporto Supersônico, o saneamento (em estudo) das baías de Guanabara e Sepetiba, melhoria das comunicações com as cidades serranas fluminenses e com a Costa do Sol (o litoral que se estende de Parati a Macaé) insinuam uma ‘região de turismo’ (loc. cit.). [...] temos a matéria-prima da natureza: praias e sol, cidades históricas e clima de montanha. Faltam maiores incentivos com que expandir a rede hoteleira, por enquanto precária, criar um sistema vigoroso de transportes, oferecer serviços em grau de eficiência (ESTADO DA GUANABARA, 1970b: 213).



Sobre o turismo, Manchete (1977: 135), afirmava que

[...] com uma afluência anual de cerca de trezentos mil turistas estrangeiros – mais da metade do total entrado em todo o Brasil – e um movimento interno várias vezes maior, o Rio de Janeiro tornou-se o maior pólo turístico da América do Sul. Desfrutando de uma situação privilegiada, com magníficas praias na sua orla oceânica, ao mesmo tempo que se debruça sobre uma baía considerada a mais bela do mundo, ela é a cidade brasileira que mais curiosidade exerce sobre aqueles que não a conhecem e mais fascina aqueles que já a visitaram, ávidos de novamente participar da sua trepidação de cidade cosmopolita.

A vocação turística do Rio estaria definida e, assim, assumia caráter de naturalidade. Mais um exemplo é o dado pelo DER-GB (id., 1970c), ao contar que

[...] da Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional, uma via expressa ligará o Rio do futuro ao futuro do Rio. Eis aí, em poucas palavras, o significado e a excepcional importância da obra que vem sendo realizada pelo DER-GB, na Baixada de Jacarepaguá, graças ao plano de integração do genial urbanista professor Lúcio Costa e às vias de acesso, já em construção. Dentre estas, se destaca a via expressa que partindo da Barra da Tijuca, pela Auto-Estrada Lagoa-Barra, através do Túnel Rebouças e pelo elevado da Avenida Paulo de Frontin, atinge à Cidade Universitária e ao Aeroporto Supersônico.

Antes de prosseguir, deve-se lembrar, primeiramente, que não havia Linha Amarela, e, em segundo lugar, a megalomania vigente à época, do Brasil Grande, de faraônicas obras, como a própria Ponte Rio-Niterói, e os termos empregados, ‘supersônico’ e ‘excepcional importância’, anteriormente, e ‘maiores capitais do mundo’, ‘ciclópicas’ e ‘grandes capitais do mundo’, em seguida. A megalomania também se adéqua à situação do Rio de Janeiro. Prosseguindo:

[...] É um conjunto de obras ciclópicas, que situarão o Rio ao nível das maiores capitais do mundo, assegurando-lhe primazia absoluta nas Américas. Ninguém mais duvida que, sem essas realizações viárias, o Rio perderia a oportunidade de construir o principal Aeroporto das Américas do Sul e Central. Assim se assegurará ao turista o acesso aos conjuntos hoteleiros da Zona Sul e da Barra da Tijuca em poucos minutos e se fará da Guanabara uma das grandes capitais do turismo internacional. É esta a melhor resposta aos que propalam um esvaziamento econômico do Rio. Não só pelos caminhos industriais se faz o enriquecimento de um Estado; pelos caminhos viários também. E estes, o DER-GB vem fazendo! (loc. cit.)

A edição comemorativa dos 25 anos da Revista Manchete (1977: 137) reforça essa megalomania, quando diz que “o Rio de Janeiro é uma cidade em constante mutação, à



procura de novos espaços para satisfazer seu gigantismo. E os que mais foram afetados nessa busca são [...] o mar e a montanha”. E ainda comenta sobre o Rio de Janeiro que

[...] nos seus vinte e cinco anos de existência, MANCHETE acompanhou a cidade do Rio de Janeiro como capital da República, como estado da Federação e, retornando às suas origens, como município e capital do Estado do Rio de Janeiro. Nesse período, a sua fisionomia sofreu diversas modificações. Na sua ânsia de expansão, a cidade, numa luta contra a própria natureza, derrubou montanhas e aterrou o mar. Cresceu vertical e horizontalmente, engoliu as cidades vizinhas e multiplicou por várias vezes sua área de influência, até se afirmar, hoje, como uma das maiores metrópoles do mundo (ibid.: 131).

Pode-se perceber, portanto, que, à tentativa de reverter um quadro econômico possivelmente desfavorável, sucedeu uma série de preocupações relacionadas à infraestrutura urbana, de modo a garantir a manutenção das atividades econômicas, em especial a grande aposta do período – o turismo. Assim, cabe indagar se, no afã de se manter importante e com algum tipo de hegemonia relativamente ao restante do país, o resultado foi a concentração dos investimentos públicos em áreas já consolidadas, acentuando a deterioração do tecido urbano do restante da cidade, a exceção sendo constituída pela Barra da Tijuca.

Exigem-se mais pesquisas, a serem trabalhadas oportunamente, e desde já infere-se que esse processo de valorização seletiva do turismo acarretou a perda da identidade e da qualidade de vida dos subúrbios, em um processo concomitante ao crescimento da Barra e à valorização daquela atividade econômica, e, assim, da Zona Sul da cidade. O turismo e a Barra da Tijuca estarão definitivamente imbricados quando da realização do Pan-americano de 2007, e com a realização dos Jogos Olímpicos de 2016.

De qualquer modo, no Plano Urbanístico Básico do Rio de Janeiro (PUB-Rio), pode-se perceber que a valorização da Barra da Tijuca ocorreu entre os anos de 1973 e de 1976. Para a análise do valor da terra, “*utilizou-se, inicialmente, o cadastro dos logradouros da Cidade, separados por bairros fiscais com os respectivos valores Vo e os códigos de logradouro (CL), dados da Secretaria Municipal de Fazenda*” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 1977: 145). O PUB-Rio define Vo, Valor Unitário Territorial de Cadastro, como 36m², e, para essa análise, foram selecionados os dez logradouros mais valorizados de cada bairro.



Em 1973, a Barra da Tijuca se encontrava na faixa de Cr\$ 12.001,00 a CR\$ 30.000,00, juntamente com Alto da Boa Vista, Bonsucesso, Caju, Catumbi, Engenho Novo, Estácio, Grajaú, bairros da Ilha do Governador, Penha e Ramos. Três anos depois, em 1976, desses bairros citados, os da Ilha do Governador, Penha e Ramos tiveram decréscimo para a faixa imediatamente inferior, de Cr\$ 6.001,00 a Cr\$ 12.000,00. O Grajaú subiu para a faixa imediatamente superior, de Cr\$ 30.001,00 a CR\$ 60.000,00 (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 1977: 145-6).

A Barra da Tijuca subiu para a segunda faixa mais alta, Cr\$ 125.001,00 a CR\$ 250.000,00. Desta faixa para cima, em 1976, estava toda a Zona Sul da cidade, o Centro e a área da Saúde e da Gamboa. Entre este ano e 1973, assistiu-se à valorização de toda a Zona Sul para as duas faixas mais valorizadas da cidade, o que tende a confirmar, em parte, a hipótese levantada anteriormente. É interessante notar, entretanto, que entre os corredores analisados pelo Plano, o de nº 14, correspondente à atual Avenida Ayrton Senna e às ruas Teles, Maricá, Pedro Teles e Cândido Benício supera o de nº 22, compreendido pela avenida Ataulfo de Paiva, Estrada do Joá e Avenida das Américas (loc. cit.). Segundo a Prefeitura do Rio, a Autoestrada Lagoa-Barra foi inaugurada em junho de 1971, contudo, segundo o sítio <http://zrak7.ifrance.com/rio-urb-06.pdf>,

[...] no final de março, a ligação entre a Barra da Tijuca e São Conrado pela autoestrada Lagoa-Barra é realizado em caráter experimental apenas pela pista inferior do elevador das Bandeiras. A pista superior continua inacabada, ainda no estágio de construção do vigamento. A partir do dia 2 de abril a pista inferior, que então operava em mão dupla, passa a operar em mão única no sentido Barra – São Conrado, de segunda à sexta, permanecendo a mão dupla nos finais de semana.

Para a pesquisadora Elisabeth Melo a inauguração da autoestrada ocorreu no dia 23 de janeiro de 1982, portanto, posterior ao PUB-Rio. Vera Rezende aponta a conclusão do elevador do Joá em 1974. O que tende a explicar o crescimento vertiginoso entre os anos de 1973 e 1976 é, por um lado, a construção da primeira ponte sobre a Lagoa de Jacarepaguá, ligação hoje entre a Avenida Ayrton Senna e Linha Amarela e Jacarepaguá, conforme o sítio supracitado. Não encontramos, contudo, a data de conclusão da obra, mas segundo informa outra página de Internet, a segunda ponte teve obras iniciadas em 1979. De qualquer modo, desde meados da década de 1970 há crescimento exponencial do mercado imobiliário na Barra da Tijuca.



O PUB-Rio. Este plano foi elaborado durante a administração de Marcos Tamoyo, para lidar com a nova realidade urbana do Rio de Janeiro, capital de Estado. Segundo o próprio prefeito (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 1977: V),

[...] com a fusão, a cidade do Rio de Janeiro passou à condição de Município-Capital do Estado do Rio de Janeiro. Os encargos da nova Prefeitura foram definidos pelo Governo do Estado, enquanto sua Receita acompanhou o modelo municipal brasileiro. Iniciando uma nova era com responsabilidades administrativas divididas entre órgãos federais, estaduais, metropolitanos e municipais, sobre o seu território, fazia-se imprescindível a elaboração de um Planejamento que subsidiasse as ações governamentais no espaço carioca.

Ainda segundo Tamoyo, a cidade iniciava outra fase de desenvolvimento urbano com a fusão. Com a *“feliz alternativa”*, escreve o alcaide acerca do Estado da Guanabara, *“suprimos sobejamente a falta de ajuda que deixamos de receber quando também deixamos de ser a Capital Federal, em 1961”* (loc. cit.). Desse modo,

[...] ao trocarmos a posição de Cidade-Estado, pela situação de Município do Estado do Rio de Janeiro, passamos a depender em grande parte do novo Estado. [...] [Este, até atingir a prosperidade,] não poderá transferir à Prefeitura tudo que necessitamos para nossos encargos. Durante esse tempo seremos uma capital superdimensionada para o nosso Estado. Mas não podendo desacelerar a expansão e conservação da nossa infra-estrutura urbana, o Rio-Cidade necessita de apoio de outra fonte [...]. Dessa forma, vê-se a grande importância da ajuda federal a fundo perdido [...], ajuda que necessitaremos até o final da Fusão [prevista para 15 de março de 1979] (loc. cit.).

Com a fusão, a área metropolitana do Rio de Janeiro, foi, enfim, criada, e isso correspondeu aos anseios do regime militar de incorporar ao planejamento a escala urbana, integrando esta a outras formas de planejamento. Associado a isso, estava o desenvolvimento do próprio setor de construção civil, já que *“o Plano Nacional de Habitação, posto em prática a partir de 1965, pelo Banco Nacional da Habitação”* (BRUNA, 2002: 130), de acordo com Paulo Bruna, não propunha

“medidas concretas para alguns pontos-chave, como por exemplo: o barateamento do custo das habitações, a redução nos prazos de execução, integração de um maior número de trabalhadores não qualificados na economia de mercado, expansão progressiva do atendimento e, finalmente, redução nos custos financeiros à medida que se atinjam economias de escala (loc. cit.).



O autor lembra que, a partir de 1967, o FGTS passou a ser empregado em habitações e, posteriormente, em financiamento para serviços de água e esgoto, treinamento de pessoal e financiamento à indústria de materiais de construção. Assim, “a ativação da construção civil teve o mérito de reativar o processo de desenvolvimento econômico, paralisado pela inflação” (BRUNA, 2002: 134). Isso permitiu o financiamento habitacional e a atuação nas áreas afins acima mencionadas, mas não

[...] na escala e velocidade desejadas; razão pela qual o Plano Nacional de Habitação prevê [...] a necessidade de introduzir uma ‘racionalidade e uma escala de produção’ só possíveis com a industrialização da construção. [...] [Este Plano] somente poderá vir a ser integralmente cumprido pela implantação da industrialização da construção, [o que] não significa que o processo ocorra espontaneamente (ibid.: 135).

Bruna elenca três princípios para cumprir o objetivo do PNH – a necessidade de pesquisa e desenvolvimento da área, a cargo das classes responsáveis; “diminuir as variações na composição da demanda, com o objetivo de tornar viável a produção de componentes estandardizados e modulados” (ibid.: 140); e, o que nos interessa neste trabalho, “dar garantias à indústria da construção de que haverá continuidade de trabalho nos canteiros industrializados” (ibid.: 139), garantindo, portanto, a amortização dos investimentos realizados. Desse modo,

[...] se as atividades na construção devem assumir um papel de reguladores econômicos, o que sem dúvida é plausível dentro da estratégia adotada, então estes projetos deverão ser procurados em outros setores que não a construção de habitações: na renovação urbana, nas obras públicas, nelas se incluindo o transporte rápido de massas, no saneamento e outras obras. O mais importante incentivo que se possa dar à industrialização da construção é a garantia de que a produção em massa de habitações não será interrompida, mas ao contrário, que um planejamento a longo prazo garantirá um nível contínuo e crescente de realizações (ibid.: 140).

Ermínia Maricato (1987: 40) afiança que

[...] as grandes obras financiadas pelo BNH não se restringem ao saneamento. [...] Há os chamados pólos econômicos, e há obras nas áreas de transporte como o caríssimo metrô de São Paulo, o metrô do Rio de Janeiro, a monumental Ponte Rio-Niterói, além de vias expressas, viadutos e outras mais.

Ainda consoante a autora, o ano de 1976 tem o pico de participação de investimentos em programas de desenvolvimento urbano, simultaneamente à menor participação relativa a



programas de habitação. Com a implantação efetiva da indústria da construção civil, desenvolvia-se a economia, criavam-se as condições necessárias para o Milagre Econômico e para os projetos geopolíticos do regime militar, e, sobretudo, nova modernidade.

Essa nova modernidade insere em definitivo parte da sociedade brasileira no conjunto das sociedades de consumo e é reprodutora do autoritarismo do período, como asseveram Luciano Martins e, principalmente, Jurandir Freire Costa. Para este autor,

[...] o que singulariza socialmente a geração pós-68 é seu projeto de vida hedonista e seu meio familiar anônimo, onde prevalecem princípios idiossincráticos de orientação social, baseados no ‘respeito’ à liberdade e ao desejo de cada um. Como não pode haver consenso onde a exceção torna-se regra, os indivíduos passam a buscar fora da família os meios necessários à definição do bom e do mau, do certo e do errado. Proliferam, então, as agências criadoras de regras que, ao mesmo tempo, ajudam a família a ‘modernizar-se’ e a ‘orientar-se socialmente’, em direção à valores comuns (COSTA, 2003: 183).

Desse modo, as condutas sociais da Geração AI-5 – abuso de drogas, desarticulação do discurso, modismo psicanalítico –

[...] não exprimem apenas o desacerto dos que pretendiam dizer não à opressão e findaram por tornar-se cúmplices inconscientes do que pensaram combater. Essas condutas, reprodutoras do autoritarismo, representam principalmente a conversão da família burguesa às ideologias do bem-estar do corpo, do sexo e do psiquismo, típicas das sociedades de consumo (ibid. 184).

O traço comum entre as sociedades de consumo de países desenvolvidos e a nossa é “a reestruturação da vida mental dos sujeitos, no que concerne a suas identidades privadas” (loc. cit.). Com base em Martins, Costa reflete acerca de Lasch e de Baudrillard. Assegura que para Lasch a sociedade americana é uma sociedade de abundância e que, por isso, busca-se “criar novas demandas de consumo, convencendo os indivíduos a comprarem mercadorias cuja utilidade lhes é desconhecida e que são, na verdade absolutamente supérfluas” (ibid.: 198).

Além disso, a publicidade assume outras duas funções estratégicas nas sociedades capitalistas;

[...] primeiro, promove o consumo como sucedâneo do protesto e da rebelião; segundo, converte a alienação, ela mesma, em mercadoria. Isto é, reforça nos indivíduos a convicção de que a desolação do homem moderno é



inelutável e propõe o consumo como cura ou remédio. Em síntese, ‘a propaganda que antes limitava-se a anunciar um determinado produto, exaltando-lhe as qualidades, na época atual fabrica seu próprio produto, o consumidor perpetuamente insatisfeito, ansioso e entediado’ (ibid.: 199).

Costa, fundamentando-se em Baudrillard, lembra que para uma sociedade se tornar consumista não há a necessidade de elevado padrão de renda de seus integrantes, e exemplifica o caso brasileiro contrapondo a análise deste autor a Lasch, ao desvincular consumo de abundância. Em uma sociedade como a nossa,

[...] a prática consumista não redundava da abundância real ou da tendência ao igualitarismo social, mitos que o autor se empenha em desmontar. Ela cresce no terreno da desigualdade e da escassez relativa de bens materiais e culturais. Sua semente não é a riqueza generalizada ou a propensão à repartição equitativa dos bens, mas a concentração urbano-industrial, ordenada em torno de valores produtivistas. [...] o sistema industrial [...] alimenta-se de sucessivas formas de hierarquização de acesso aos bens. [...] Quando todos podem ter automóvel e televisores a cores, diz Baudrillard, criam-se outros bens e objetos aos quais só a minoria privilegiada tem acesso. É o caso do espaço, do tempo, do ar puro, do verde, da água, do silêncio, da cultura, do bom-gosto etc., no meio urbano. [...] o consumismo é, por excelência, individualizante. Toda propaganda moderna tem como primeiro mandamento a ‘personalização’. Personalize seu apartamento, seu carro, sua indumentária, seu estilo de vida, seu corpo, seu sexo etc. A personalização do modismo consumista faz com que o indivíduo, massificado e uniformizado, sinta-se único na posição que ocupa socialmente, quando se apropria de determinados bens e objetos. [...] Favorecido pelo autoritarismo político e pela concentração de renda por ele patrocinada, o consumismo disseminou-se no país como um decalque, em escala menor, do similar europeu ou norte-americano (COSTA, 2003: 205; 203; 201; 206).

Costa prossegue sua análise, reiterando que o narcisismo contemporâneo é “*defensivo, voltado para o investimento do corpo, que se tornou foco de sofrimento e ameaça de morte pela ação de violência*” (ibid.: 235). Isso decorre porque corpo e sexo foram convertidos em objetos de consumo, ocasionando, vale citar novamente, “*a reestruturação da vida mental dos sujeitos, no que concerne a suas identidades privadas*” (ibid.: 184). Nesse sentido, “*os indivíduos são convencidos de que nenhuma sociedade é ou foi capaz de outorgar tanta ‘liberdade’, autonomia, prazer e bem-estar a seus membros*” (ibid.: 235). Contudo,

[...] esta mesma sociedade que diz liberar os corpos de sua função instrumental (trabalho e reprodução da espécie) para entregá-los ao ‘direito do prazer’, é a sociedade que polui o ambiente; incentiva a competição e a concorrência por prestígio, status, celebridade; fabrica guerra entre os sexos



e gerações, mata muitos de fome e abarrata uns poucos de comida e, enfim, ameaça a todos, democraticamente, com a iminência do enfarte (ibid.: 236).

Costa prossegue, atestando que, como isso *“não pode ser visto, tem de ser travestido”* (COSTA, 2003: 236), o que ocorre mediante a naturalização, como exemplifica o autor, dos ‘males do progresso’ ou das ‘tensões da vida urbana’. A moral do consumo embutida nessas afirmações, incluindo o consumo da liberdade supracitada, ou como diz Costa, a mistificação da ideologia do prazer, implica uma concepção de sofrimento bem específica, a de que sofrer significa *“privar-se de um prazer que está sempre no corpo do outro e jamais no corpo próprio. [...] O outro é uma abstração reificada do corpo inventado pela sociedade de consumo”* (ibid.: 238).

Desse modo, o estado de privação relativa ao qual o corpo é submetido impede que o indivíduo encontre *“satisfação em sua realidade corpórea ou em sua imagem egóica. É esse o estado de violência que pressiona o homem urbano”* (ibid.: 241). Por conseguinte, *“entramos no campo do chamado mal-estar existencial, onde o sofrimento deriva do afastamento entre o comportamento psicológico real do indivíduo e as características do tipo psicológico ideal, determinado pela cultura”* (ibid.: 244). Costa conclui sua análise ao propugnar que

[...] o narciso moderno não é um Narciso, é uma prosaica Moura-Torta. Como a Moura-Torta, ele não ama a imagem de si mesmo, pelo contrário, a odeia. [...] Esta relação de ódio ao corpo-próprio, e ódio e inveja do corpo desejado é o motor do interesse narcísico, presente na sociedade de consumo. É a relação de Dorian Gray com seu retrato. [...] [Este], perseguido e torturado pela juventude e beleza de que foi eleito símbolo, por uma ordem do outro, só encontrou paz assassinando o odiado ideal de si mesmo (ibid.: 248).

Fazemos nossas as palavras de Costa. A primeira ferida narcísica do carioca gerou uma distorção na auto-imagem, que, primeiramente, mimetizou Brasília no Plano Lucio Costa, e, concomitantemente, criou o discurso de vocação natural do Rio de Janeiro para o turismo, juntamente com a valorização desta atividade econômica na reestruturação capitalista, acarretando a reapropriação da identidade carioca e a revalorização da beleza da cidade. Essa beleza – assim como o discurso sobre ela – é tão mais acentuada quanto maior a mortificação social. Ao longo das décadas seguintes, em que houve uma série de problemas graves, desde administrativos até os de segurança pública, a beleza transformou-se em uma espécie de consolação.



Beleza tal que a de Dorian Gray em que a natureza era a personagem e a sociedade, o seu retrato. Isso é particularmente referenciado em relação ao mar, como se este fosse condicionante da personalidade do carioca – apesar de o litoral ser espaço vivido de uma minoria, e de essa identidade ser reforçada constantemente há décadas. Segundo *Manchete 25 anos*,

[...] o carioca sempre foi um apaixonado pelo mar. É a sua vocação natural, uma compulsão que sempre esteve presente em seu comportamento, desde os tempos em que os lânguidos personagens de Machado de Assis desfilavam pela então mais aristocrática das praias – a de Botafogo. Depois, veio a descoberta de Copacabana e sua fase áurea, nas décadas de 50 e 60, quando passou a ocupar um lugar cativo nos folhetos de turismo de todo o mundo. [...] Mais tarde, esses atrativos se estenderiam para Ipanema e para o Leblon. Atualmente, nesses bairros, a superpopulação, com todos os seus inconvenientes, não deixa ao carioca outra opção a não ser prosseguir pela costa, rumo ao sul, até a Barra da Tijuca (1977: 144).

Dessa forma, o discurso naturaliza o desenvolvimento urbano do Rio. Nesse sentido, *Manchete 25 anos* (loc. cit.) prossegue:

[...] Mas, teria sido isso uma simples criação da indústria da construção civil, ou o fato deve ser creditado exclusivamente à vocação praieira do carioca? Na realidade, esse rumo foi desbravado pelos banhistas, namorados e pescadores amadores que procuravam, em São Conrado, na Barra e no Recreio dos Bandeirantes o encontro com o mar aberto, com os espaços livres e a natureza ainda preservada da poluição.

Período esse coincidente com o consumismo do verde e da natureza que tanto seria utilizado pelo mercado imobiliário, em especial na Barra da Tijuca, cujo ar lavado e agreste era exaltado no Plano-piloto. Essa nova modernidade impôs, portanto, uma perda qualitativa do espaço vivido e das identidades que emergiam dessa relação entre homem e cidade, acentuando, dessa vez, a identificação da cidade, como um todo, a um modo de vida que apenas a minoria desfruta, a da Zona Sul carioca e de suas praias, mais tarde agregado o litoral da Zona Oeste. Essa nova modernidade foi propiciada também pelo desenvolvimento das telecomunicações e pela cultura de massas. Segundo Marcelo Ridenti (2003: 155),

[...] as grandes redes de TV, em especial a Globo, surgiam com programação em âmbito nacional, estimuladas pela criação da Embratel, do Ministério das Comunicações e de outros investimentos governamentais em telecomunicações, que buscavam a integração e a segurança do território brasileiro. Ganhavam vulto diversas instituições estatais de incremento à cultura, como a Embrafilme, o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro [SNT], a Funarte e o Conselho Federal de Cultura.

Conforme *Nosso Século* (1986, vol. 10: 115),



[...] a ampliação das classes médias e o acesso à escolaridade criou ‘um público relativamente amplo que já não pode deixar de consumir regularmente cultura (...): ir ao cinema ou ao teatro, ler livros, manter-se informado etc. [...] O número de universitários passou de menos de 100.000 (1970) para quase 1 milhão (1980). Aliado a esse fato, a infra-estrutura cultural alcançou a maturidade profissional. Novos empresários da cultura, como a atriz Ruth Escobar, o editor Victor Civita, e homens da TV, como Walter Clark, puderam contar com recursos técnicos de alto nível, criando esquemas profissionais nos moldes mais avançados.

Ainda segundo Ridenti (2003: 155),

[...] à sombra de apoios do Estado, floresceu também a iniciativa privada: criou-se uma indústria cultural, não só televisiva, mas também fonográfica, editorial (de livros, revistas, jornais, fascículos e outros produtos comercializáveis até em bancas de jornal), de agências de publicidade etc.

Nosso Século complementa Ridenti, ao lembrar que

[...] essa realidade – a cultura como uma verdadeira força de produção, gerando milhares de empregos – levou o Governo a atuar contraditoriamente: ao mesmo tempo que censurava parte considerável da produção cultural, o Estado se transformou no grande mecenas da década, criando instituições, como a Funarte, o SNT, a Embrafilme, para financiar e favorecer a produção artístico-cultural. Mas, embora os anos 70 tenham sido marcados pela proliferação de obras e de veículos de divulgação (publicações e revistas especializadas), deixou de existir a grande arte integrada e participante que caracterizou os anos 60, predominando a chamada produção de massa (‘padrão Globo’) (NOSSO SÉCULO, vol. 10: 1986: 115).

Essa produção de massa não se limita à cultura. Mais uma vez, segundo Nosso Século (ibid.: 69),

[...] as maiores taxas de crescimento [industrial] são as da indústria de bens de consumo duráveis (eletroeletrônicos, automóveis): o setor automobilístico aumenta sua produção em 25,5% ao ano e o setor eletroeletrônico, em 28%. [...] Abre-se a era dos supermercados e dos shopping centers. O crescimento da indústria de bens duráveis de consumo gera dois fenômenos: em primeiro lugar, há uma generalização do consumo de eletrodomésticos – mais de 80% das famílias urbanas passam a dispor de rádio, geladeira, fogão, ferro de passar roupa, televisão, liquidificador etc. Já o automóvel torna-se acessível a setores de classe média, graças às facilidades de crédito. A indústria automobilística diferencia modelos com a introdução de uma multiplicidade de carros médios [...]. Assim, os brasões da nova riqueza passam a ser os símbolos de status, que vão do Volkswagen ao Dodge Dart, passando pelo Opala.

Esse consumo foi acompanhado por uma crescente concentração de renda, que é a marca desse período – a classe A, composta pelo 1% de habitantes mais ricos, tinha 11,7% da



renda nacional em 1960, percentual este aumentado para 17,8% em 1970. Já a classe E, que compreende os 50% mais pobres, detinha, em 1960, 27,8% da renda, a qual foi reduzida para 13,1%. Outro elemento marcante para esse consumo é a ascensão do marketing, que “no início dos anos 70 fez com que o país ingressasse finalmente na sociedade de consumo, definida pelo publicitário Celso Japiassu como ‘a busca da felicidade através da posse de bens’” (ibid.: 83). Houve, em consequência, a criação de novos mercados e de novos produtos, e

[...] o comércio retocou a face de suas lojas para receber as ondas crescentes de consumidores, devidamente acionados pelos apelos de publicidade. Os negócios evidentemente prosperaram, mas, apesar da boa disposição do consumidor para comprar mais e mais, os industriais e comerciantes tiveram de adaptar-se ao novo ritmo do mercado, enfrentando uma concorrência agressiva e sofisticada. [...] o marketing (ou mercadologia) era, acima de tudo, ‘a arte de fazer toda a produção da empresa girar em torno do mercado, gostos e necessidades do consumidor’, cuidando da embalagem, da qualidade do produto, da concorrência, da distribuição, e das campanhas publicitárias, precedidas de ampla pesquisa de mercado (NOSSO SÉCULO, vol. 10, 1986: 83; 91).

Ainda sobre o consumo, citamos os supermercados, que

[...] só seriam incorporados definitivamente à paisagem urbana na década de 70, acompanhando a vertiginosa monopolização da economia: através de uma agressiva política de marketing, os supermercados e shopping centers foram substituindo as feiras livres e os empórios, produzindo novos hábitos de consumo e até uma nova ordenação do espaço urbano. Viadutos, elevados e largas avenidas facilitaram o acesso a estes paraísos de consumo, ao mesmo tempo em que as cidades se expandiam até encontrarem umas com as outras (loc. cit.).

Pode-se, pois, caracterizar essa nova modernidade por intermédio da concentração de renda, do individualismo, do privatismo, da monopolização da economia, da ascensão do marketing, do consumismo e, por fim, por meio da ideologia do regime militar que recusa o contraditório e de nova espacialidade urbana. Vivia-se nesses anos o ápice da repressão política, em que, embora houvesse a oposição partidária consentida do MDB, não havia garantias jurídicas de proteção ao indivíduo e tampouco liberdade para se opor ao governo.

Foi grande o número de exilados, houve muitíssimos expurgos, e criou-se um aparato estatal de espionagem e de censura, com funcionamento de uma polícia política responsável por torturas, execuções e desaparecimentos de presos políticos, cuja fundamentação era a existência do inimigo interno. Esse comportamento narcísico, para não dizer fascista, que



recusa a alteridade, vincula-se a um superego punitivo, identificado diretamente aos chamados *linha-dura*. Acerca desse comportamento, Costa, com base no trabalho de Lasch, enfatiza que

[...] o ‘ego regredido’ de Marcuse, existe. Mas comandado por um superego próximo da expressão pura da pulsão de morte. [...] O homem narcísico descartou-se de seu ancestral puritano, culpado, moralista, reprimido e individualisticamente competitivo, para dar vez a um novo homem pretensamente liberado, permissivo e tolerante. Entretanto, diz Lasch, a permissividade e a tolerância de fato existentes não significam respeito e aceitação do outro em sua diferença e sim profunda indiferença para com tudo que não seja do interesse exclusivo do próprio indivíduo (COSTA, 2003: 190).

Essa sociabilidade, em que pese acreditarmos que esse superego punitivo é próprio da formação do brasileiro, assumirá formas bem características na cidade do Rio de Janeiro – a expansão das áreas urbanas e a condominização. O crescimento das cidades sob a égide do capitalismo teve características relativamente anárquicas, substituídas por constante aumento da participação do Estado, em especial na reconstrução do pós-guerra. No Brasil, esse crescimento foi marcado pela construção de periferias vastas e de crescente e acentuada segregação entre áreas ricas e pobres, com as favelas, no Rio de Janeiro, pontuando, por vezes, áreas privilegiadas.

O espraiamento das áreas urbanas se explica, ademais do déficit habitacional urbano – Maricato (1987: 15) lembra que “a população urbana brasileira passou de 52,1 milhões em 1970 para 79,8 milhões em 1980” –; da concentração de renda, com a pauperização de 95% dos habitantes, além da permanente exclusão de grande parte destes ao SFH; e do estímulo ao setor de construção civil, pelo próprio consumismo. Este foi agente diferenciador da classe média que emergia, para a qual criou novas necessidades – o consumo do verde, da vida comunitária, do lazer, da segurança, estimulando outra forma de moradia, e, por conseguinte, outra forma urbana – o condomínio.

O condomínio assume a forma desta nova modernidade, caracterizada pela sociedade de consumo; pelo autoritarismo; pela reapropriação da identidade do carioca; pela revalorização da beleza da cidade; pela assunção do turismo como atividade econômica vocacional; pelo surgimento de nova classe média cujo modelo de desenvolvimento era excludente; pela mercadização da cidade; pelo privatismo; pela cultura de massas; por uma *narcisização* social. Obviamente, esta era a forma urbana daqueles que poderiam pagar por



ela – a grande massa ocupou áreas periféricas que se mantiveram fora do alcance da ação estatal.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cidade do Rio de Janeiro, as crises políticas ao longo da década de 1960 foram vivenciadas intensamente, até porque também emergiu, paralelamente, outra crise: a perda da centralidade política criou uma crise de identidade no carioca, originando o discurso de esvaziamento da cidade, presente ainda hoje. A ferida narcísica aberta por não ser mais a capital trouxe consequências político-econômicas e urbanas claras: o Rio de Janeiro precisaria ser compensado, e assim o foi por meio da retórica de vocação turística da cidade; e Brasília foi mimetizada no Plano-piloto urbanístico para a Baixada de Jacarepaguá. A constituição da Barra da Tijuca foi acompanhada de um ideal de modernidade vinculado ao consumo, durante o regime militar, o que significou o aprofundamento da desigualdade social e uma identidade estereotipada para o carioca.

REFERÊNCIAS

ACIBARRA, Plano Lucio Costa. *Barra da Tijuca: de imenso areal a novo centro metropolitano em quatro décadas*. In: Acibarra em Revista, n° 14, nov 2009. Disponível em: http://www.acibarra.org.br/site/attachments/004_Revista-14.pdf. Acesso em: 28 jun 2011.

AGACHE, Alfred Hubert-Donat. *Cidade do Rio de Janeiro, extensão, remodelação, embelezamento*. Paris: Foyer Bresilien, 1930.

AMAZONAS, Ceçary. *Geografia da Guanabara*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1968.

ARREGUY, Marília Etienne; GARCIA, Claudia Amorim. *Algumas aproximações entre o ciúme, a melancolia e o masoquismo*. In: Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 8, n° 11, jun 2002. pp. 111-22. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagdb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041214154849.pdf. Acesso em: 28 jun 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Seção Regional do Rio de Janeiro. *Curso de Geografia da Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.

BAHIANA, Ana Maria. *Almanaque anos 70. Lembranças e curiosidades de uma década muito doída*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.



BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Cidades utópicas do Renascimento*. In: Ciência e Cultura, vol. 56, no 2. São Paulo, abr/ jun 2004. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252004000200021&script=sci_arttext. Acesso em: 27 jun 2011.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BORGES, Nilson. *A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRUNA, Paulo J. V. *Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CABRAL, Mário da Veiga. *Geografia do Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S/A, 1967. 3ª ed.

COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 3ª ed., 2003.

COSTA, Lúcio. *Plano-piloto de Brasília*. 19?

COSTA, Maria Elisa (org.). *Com a palavra, Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

CUNHA, Murilo Alves da. *O novo Rio de Janeiro. Geografia e realidade sócio-econômica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

ESTADO DA GUANABARA. *Plano-Piloto para Urbanização da Baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá*. Rio de Janeiro: DER, 1969.

_____. *A experiência da Guanabara*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970a.

_____. *Rio ano 2000*. Rio de Janeiro: Comissão do Ano 2000, 1970b.

_____. *Via expressa para a Cidade Universitária e Aeroporto Internacional*. Rio de Janeiro: DER, 1970c.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREUD, Sigmund. *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Imago Editora, 19?. 1 CD ROM.

GEOGRAFIA ILUSTRADA. *Brasil*. vol. I e II. São Paulo: Abril, 1970.

HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MANCHETE. *25 anos*. São Paulo: Abril, 1977.



MARICATO, Ermínia. *Política habitacional no regime militar. Do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Vozes, 1987.

MELO, Elisabeth Melo Cordeiro. *A construção da Autoestrada Lagoa-Barra: um capítulo da história da PUC-Rio*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ccpq.puc-rio.br/nucleodememoria/atividades/pibic2010.htm>. Acesso em: 27 jun 2011.

MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

NOSSO SÉCULO. *A Era dos Partidos. 1945/1960*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985. v. 8.

NOSSO SÉCULO. *Sob as ordens de Brasília. 1960/1980*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985. v. 9.

NOSSO SÉCULO. *Sob as ordens de Brasília. 1960/1980*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986. v. 10.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Transportes. *Gerência de áreas especiais da CET-Rio – GAE. Sistema Zuzu Angel*. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/smtr/smtr/hp_cve_zuzuangel.htm. Acesso em: 27 jun 2011.

_____. *Plano Urbanístico Básico da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, 1977.

RIDENTI, Marcelo. *Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança*. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RODRIGUES Sérgio. *Encanto não se transfere. 50 anos de Brasília*. In: Veja online, 2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/brasil/encanto-nao-se-transfere-p-124.html>. Acesso em: 28 jun 2011.

ZRAK7.IFRANCE.COM. *Região metropolitana do Rio de Janeiro: cronologia da evolução urbana*. Disponível em: <http://zrak7.ifrance.com/rio-urb-06.pdf>. Acesso em: 28 jun 2011.